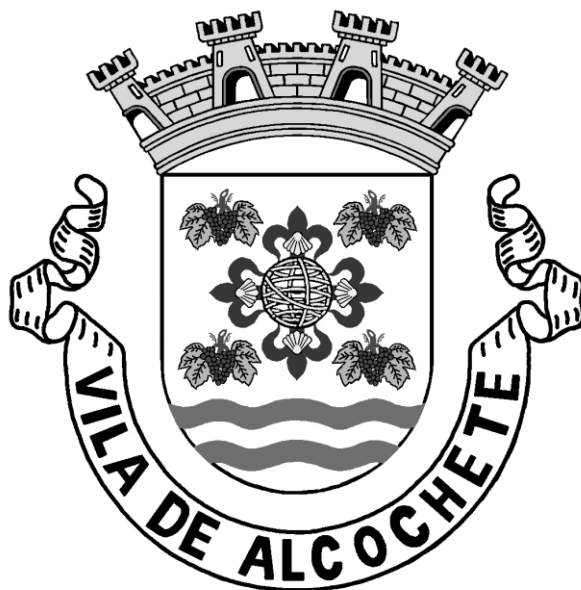




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 01/17

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 22 DE
FEVEREIRO DE 2017**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, na freguesia de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, João Ladislau Teles de Matos, Henrique Infante da Câmara, Sérgio Miguel Pratas Duarte; Luís Manuel Teopisto Cardoso.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares, Maria Amélia Martins Faria dos Santos e Manuel Carlos Bento Fradiano.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Pedro Miguel Tarú Canteiro.

Pelo Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

- Isabel Maria Trindade, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Ana Cristina Tavares Almeida Brandão.

- Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituída por Miriam Pires Boieiro.

- Mário Luís Pintado Alves, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por João Ricardo Figueiredo Lopes.

- Patrícia Pinto Felizes Figueira, por motivo de doença de familiar, tendo sido substituída por José Paulo Sena.

- Paula Alexandra Ferrão Pereira, por motivo de saúde.

- João Manuel Alves Nunes do Valle.

As justificações de falta foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Francisco José da Fonseca Giro e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia colocou à discussão as seguintes atas:

- Ata da sessão ordinária de 22 de setembro de 2016:

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão ordinária de 28 de novembro de 2016:

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão extraordinária de 29 de dezembro:

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao abrigo da alínea d) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Questionou se estão terminados os trabalhos na rotunda que tem o brasão, em Alcochete e solicitou ponto de situação referente às diligências tomadas para a vila do Samouco voltar a ter uma caixa multibanco.

Chamou a atenção para o facto de a ilha de RSU colocada junto à rua da Quebrada, em Alcochete, se encontrar completamente tapada, o que potencia uma má vizinhança e também não ser a melhor imagem para quem visita Alcochete.

- Pedro Canteiro:

Questionou o motivo pelo qual o centro de lazer no Valbom se encontra encerrado várias vezes ao ano e chamou a atenção para a situação em que se encontram os parques infantis, com sujidade e degradados representando perigo para as crianças, solicitando por isso que seja feito um levantamento do estado dos mesmos.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Miriam Boieiro, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- João Lopes:

Afirmou estar de acordo com o documento apresentado, contudo, abster-se-á nesta votação pelo ponto 2, dado entender que não é a participação das mulheres nas manifestações que irá valorizar a presença destas em qualquer órgão.

- Luiz Batista:

Em nome pessoal e em nome do PSD saudou todas as mulheres do concelho, aproveitando para repudiar todas as ações de violência que ainda persistem na sociedade.

Saudou também o facto de ao fim de muitos anos, a CDU que nunca esquece o dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, pela primeira vez não referenciar que o anterior Governo foi a causa dos malefícios que acontecem às mulheres.

Mais disse, que votava favoravelmente esta moção.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 1 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 abstenção do CDS-PP.

José Paulo Sena não se encontrava na sala aquando desta votação.

- Natacha Patinha, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “O Novo Aeroporto Internacional de Lisboa”.

Sucintamente, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Apresentou, do seu ponto de vista e de forma desenvolvida, os prós e contras relativamente às duas opções que se colocam nesta matéria: construir um novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete ou um aeroporto complementar na Base Aérea N.º 6, salientando contudo, que prefere a segunda hipótese, dado Alcochete ser um concelho com potencialidades para que uma infraestrutura desta dimensão na proximidade de Samouco, possa vir a promover o desenvolvimento de Alcochete e criar melhores qualidades de proximidade turística, industriais e outras, fomentando uma melhor economia para o concelho.

- Natacha Patinha:

Entende que a criação de um novo aeroporto no Campo de Tiro é a melhor solução dado existirem estudos já efetuados que atestam não haver impedimentos para a sua

construção no local, daí ter questionado porque não impor à VINCI esta construção tanto mais que os terrenos são públicos, contrariando a segunda hipótese, porque se iria estar a construir um aeroporto num sítio pequeno e para o qual ainda terão que ser suportados alguns custos com a deslocação de parte das funções militares e os estudos de impacte ambiental ainda não são conhecidos.

Lembrou também, que os naturais e os turistas reconhecem Alcochete pelas suas qualidades e o novo aeroporto na BA6 não viria acrescentar nada a estas.

- Luís Madeira:

Alertou para a problemática no campo da saúde, porque se neste momento o Centro Hospitalar Barreiro/Montijo já não tem capacidade de resposta para as populações servidas pelo mesmo, então como será com mais uns milhares de pessoas que se fixarão nesta zona?

- Henrique da Câmara:

Entende que o aeroporto deve ser construído no Campo de Tiro e não na BA6 e por experiência própria, porque viveu vários anos junto da Portela e preferiu mudar a residência para esta margem, pela qualidade de vida que era oferecida e que irá desaparecer caso se opte pela BA6.

- Luiz Batista:

Chamou a atenção para a situação que se passa com o aeroporto de Beja onde as companhias aéreas não querem aterrar, dado que na sua opinião o mesmo se iria passar caso a construção do aeroporto fosse no Campo de Tiro, porque iriam faltar as infraestruturas para deslocação das pessoas a partir do aeroporto. As instalações militares na BA6 que não estão a ser utilizadas na sua plenitude, podem e devem ter uma vertente civil e pelo que conhece é possível a coexistência.

- Presidente da Câmara:

Colocou a questão: como é possível defender com razão uma decisão acerca da localização de um aeroporto complementar na BA6 sem se conhecerem estudos absolutamente nenhuns relativos a esta temática?

Na verdade, a solução na BA6 tem problemas de diferente natureza, ou seja, está inserida na porta de entrada da Reserva Natural do Estuário do Tejo, levantando por isso a questão do impacte ambiental que tem a ver com valores ambientais (lembrando o que foi necessário acautelar aquando da construção da ponte Vasco da Gama) mas também, com o índice de ruído produzido para as populações, frisando que a qualidade de vida destas não está à venda seja porque preço for.

Também quanto à rede de acessibilidades, afirmou não haver conhecimento da mesma para que o aeroporto na BA6 pudesse funcionar. Certamente, a mesma passaria pela

construção de um novo nó de acesso à saída da ponte Vasco da Gama (já previsto quando a Lusoponte pretendia construir a autovia que ligaria Alcochete ao Seixal), outras estradas complementares e também o reforço de vias da rede viária municipal.

Explanou também, a problemática da mobilidade, referindo que nenhum estudo é conhecido; apenas se ouvem “bitaites” de alguns responsáveis políticos e nada mais. Contudo, e a propósito deste tema, informou que a Câmara há já vários anos que colocou ao Conselho de Administração da Lusoponte a possibilidade de se instalar o metro de superfície como prolongamento do metro sul do Tejo a passar na ponte Vasco da Gama para fazer transitar passageiros para Lisboa, bem como para melhorar a relação entre Alcochete e a região de Setúbal e Lisboa norte. Em resposta, a Lusoponte de forma clara e objetiva informou que a ponte Vasco da Gama não foi concebida nem construída para esse fim.

Comentou o contrato de concessão celebrado entre o Governo PSD/CDS-PP e o acionista maioritário a VINCI, o qual serviu para camuflar o défice público estrutural do país.

Defende a construção faseada do aeroporto no Campo de Tiro para o qual já existem estudos feitos e credíveis, coordenados pelo LNEC, que concluiu ser esta a melhor opção.

Durante a apresentação deste documento, entrou na sala José Paulo Sena.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU e 8 abstenções (4 do PS, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

- Luiz Batista, em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Novo Aeroporto Complementar na Base Aérea N.º 6”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Pedro Canteiro:

Afirmou que a bancada do CDS-PP, votava a favor a moção apresentada no que diz respeito àquilo que se delibera, ou seja, têm conhecimento dos estudos que suportam a solução, porque realmente se desconhece para podermos dialogar e saber a razão de ser desta decisão e os estudos que já foram realizados, para de alguma forma se perceber as mais-valias que isto pode trazer ou não para o nosso concelho, em detrimento de se construir o aeroporto de raiz porque o interesse nacional também está aqui.

É importante saber do que se fala e aguardar próximos estudos.

- Luiz Batista:

Lembrou nunca ter afirmado que era contra a construção do novo aeroporto no Campo de Tiro, contudo não vê que seja possível nos próximos anos. Está convicto que a opção pela BA6 virá beneficiar o concelho de Alcochete com investimentos de muito maior qualidade do que irá beneficiar o concelho de Montijo.

- António Almeirim:

Afirmou que não tem conhecimento nenhum sobre esta matéria apesar de a porta de armas da BA6 ficar no Samouco e a propósito, perguntou se alguém na sala sabia onde irá ficar a entrada para o aeroporto, entre outras questões. Também lhe causa espanto a possível coexistência pacífica entre um aeroporto (que presumivelmente terá milhares de passageiros) e uma base militar.

Não aceita quando a moção do PSD refere que a vinda do aeroporto para a BA6 é motivo de regozijo para toda a população porque tal não é verdade.

A freguesia tem sofrido assaltos a alguns equipamentos, entre os quais a própria junta de freguesia e as duas caixas multibanco existentes. Deu conhecimento das *démarches* efetuadas no sentido de poder ser colocada uma caixa multibanco na freguesia após os dois assaltos que se registaram, privando as pessoas deste serviço. Entende haver falta de vigilância por parte das forças policiais para já não falar das más práticas que se verificam na praia, com a apanha de bivalves, verificando-se com isto um acréscimo de mais de mil estrangeiros na freguesia.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi rejeitada, com 14 votos contra da CDU, 4 abstenções do PS, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 do PSD.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, tendo de seguida sido retomados os trabalhos.

- Fábio Bernardo apresentou em nome da CDU, uma proposta de moção sobre “Transferência de Competências”.

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Natacha Patinha:

Nesta temática, entende que a questão das regiões administrativas pura e simplesmente não existe, apesar de estarem previstas no artigo 255.º da Constituição. Desta forma, juridicamente há uma inconstitucionalidade por omissão, elas não são criadas, contudo pretende-se avançar agora com este processo.

Entende que para haver uma sustentação, deveria ser pensado a fundo, porque a mera desconcentração de competências do Governo Central nas autarquias poderá colocar alguns problemas, nomeadamente quanto à fiscalização na questão das competências que são transferidas, até porque a Constituição prevê que às regiões administrativas são conferidas a direção de serviços públicos, tarefas de coordenação, de apoio à ação dos municípios, no respeito ao autonomia destes e sem limitação dos respetivos poderes.

Deseja que este processo não seja um projeto à experiência, porque se correr mal, a população apontará sempre os autarcas que elegeram como os causadores dos problemas que possam vir a surgir.

- Luiz Batista:

Na sua opinião, a moção contem algumas “rasteiras”. O ponto de discórdia é o da criação de regiões administrativas. As autarquias solicitam e bem, mais poder, maior autonomia e capacidade, em virtude de um maior sentido de proximidade das suas populações, o que é positivo e já acontece em algumas autarquias em áreas como a educação, cultura, área social e saúde, mas estas devem ser acompanhadas da respetiva capacidade financeira.

As autarquias queixam-se do funcionamento das CCDR's como fator de entrave e muitas vezes, de corte ou de penalização e inibição das câmaras realizarem os seus projetos e desenvolverem os seus territórios, porque na maioria, estão dotados de gabinetes e técnicos com formação, que podem assumir e substituir as funções das CCDR's.

Face ao referido entende que será um perigo a questão da regionalização ao se passar para uma situação que irá provocar desequilíbrios em termos de regiões, porque quem é rico fica mais rico e quem é pobre fica mais pobre. Pretende-se criar mais uma cadeia de poder, mais uma escala, mais um parlamento que não iriam servir as populações, quando deve ser dado às câmaras a capacidade financeira adequada para assumirem responsabilidades.

- Natacha Patinha:

Frisou que fica chocada quando o deputado Luiz Batista da bancada do PSD afirma ser contra uma previsão constitucional.

Torna-se incompreensível é que estando previsto há tantos anos, não sejam criadas as regiões, salientando que muitos dos problemas existentes não se verificariam se a proximidade com as populações e o poder de decisão, os meios e os recursos estivessem há mais tempo mais próximos das populações.

- Presidente da Câmara:

Referiu que importa fazer algumas afirmações de princípio:

São favoráveis à descentralização, conferindo maiores poderes jurídico-funcionais, maiores competências aos municípios.

A primeira questão fundamental: também são a favor da criação de regiões administrativas que, de facto, constituem elas próprias, autarquias locais e não se confundem com as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Está-se a falar de uma figura jurídica completamente distinta das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou seja, não existiria para as regiões administrativas a necessidade de criação de um parlamento regional porque estas não teriam poder legislativo, antes veriam nelas próprias, concentradas as competências macro, do ponto de vista do ordenamento, do desenvolvimento das regiões a que dissessem respeito, mas teriam a legitimação democrática que as CCDR's, que hoje já estão inseridas em regiões, não possuem. A perspetiva do Governo para estas relativamente à sua legitimação democrática, passa

por uma sua eleição pelos presidentes das câmaras, mas depois, que os vice-presidentes das CCDR's ficam dependentes do Ministério, da Tutela, ou seja, não respondem perante quem os elegeu, mas antes a necessidade, o dever funcional, de prosseguir políticas nacionais defendidas e preconizadas e determinadas pelos respetivos ministérios.

Por outro lado, também há que ter em consideração o princípio da subsidiariedade que não se pode confundir com o de proximidade, concluindo que há competências que são mais eficientemente exercidas pela Administração Central e outras que seriam muito melhor exercidas por uma região administrativa e ainda outras pelos municípios e juntas de freguesia.

Ao contrário do modelo anterior, defendem que esta descentralização, a transferência definitiva de competências, se efetive de forma universal e igual, ou seja, para todos os municípios e freguesias para que não se venha a verificar o que aconteceu com a celebração dos contratos de execução na área da educação.

A Lei-Quadro já foi aprovada pelo Governo, estando agora a tramitar, no âmbito do processo legislativo na Assembleia da República, contudo a ANMP através do seu Conselho Diretivo e Conselho Geral, defende que esta Lei-Quadro está pouco densificada, dado não definir os princípios fundamentais que posteriormente irão regular esta Lei-Quadro.

Poderá ser um desafio aliciante e mais ainda se os portugueses se pudessem pronunciar novamente, através de Referendo quanto à criação das regiões administrativas, porque assim seriam legitimadas democraticamente, ou seja com representantes eleitos pelas populações.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU e 8 abstenções (4 do PS, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presidente da Câmara, sucintamente, afirmou:

De facto têm ocorrido atos de vandalismo que se têm verificado, um pouco por todo o concelho e mais na freguesia de Samouco, pelo que entende que se deveria equacionar a necessidade de ser tomada uma posição política relativamente a um reforço dos efetivos militares da GNR do Posto Territorial de Alcochete. O concelho de Alcochete está dotado de excelentes acessibilidades, mas está a viver um período conturbado, relacionado com uma atividade económica não regulamentada (apanha de bivalves) que leva a muitos abusos e gera fenómenos de criminalidade violenta.

Quanto á criação de condições para que num edifício municipal ou num imóvel da freguesia, seja colocada uma caixa ATM, informou que a câmara e a junta estão absolutamente disponíveis e que já se realizaram várias reuniões com o Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola de entre Tejo e Sado. Esta em função de um ato de vandalismo tomou a decisão de encerrar a sua agência na freguesia de

Samouco, o qual se seguiu há algum tempo também ao encerramento da agência do BPI. Quer a câmara quer a junta de freguesia não se conformam com a decisão e irão insistir na sua alteração. O Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola de entre Tejo e Sado alega também, que a agência no Samouco comporta um prejuízo de 70 mil euros/ano para a sua Direção Regional, esquecendo-se que gere um universo bancário regional muito mais extenso e que provavelmente estes valores seriam suportáveis se suportados por outras agências.

- Vereador José Luís Alfélua:

Esclareceu que o que esteve encerrado foi a zona desportiva e de lazer do Valbom e não o parque infantil e quanto aos parques infantis, a Câmara tem uma equipa que periodicamente faz vistoria, para além de manutenções pontuais a casos mais urgentes nos que são responsabilidade da autarquia. Face ao exposto, solicitou que o deputado Pedro Canteiro não refira “o mau estado dos parques infantis” sem referenciar concretamente a que se refere, sob pena de a afirmação não ser correta, nem justa nem verdadeira.

Mais disse, que o vandalismo nestes equipamentos é grande por parte de quem já não tem idade apropriada para os utilizar e enumerou todos os parques que sofreram intervenções no ano anterior.

- Vereador Jorge Giro:

Informou que a rotunda do brasão já foi rececionada pela Câmara e que uma parte ficou sem relva, dados os trabalhos que ainda necessitam de ser efetuados pela Câmara após entendimento com a empresa, pelo que concluídos os trabalhos será feita nova sementeira de relva.

Quanto às ilhas no passeio do Tejo, não são de RSU mas sim ecológicas e explicou que a empresa que fez a instalação dos equipamentos vai proceder à reparação dos mesmos, conforme a Câmara legitimamente e atempadamente reclamou, tanto mais que os problemas que apareceram ainda estão dentro da garantia. Ainda relativamente a este local, informou que com base num entendimento com o empreiteiro irão em breve, ser substituídas as árvores mortas.

Referiu também não ser correto afirmar que a zona de lazer do Valbom está muitas vezes encerrada; acontece é que esteve encerrada por precaução, devido à lagarta do pinheiro e reaberta quando se constatarem condições de segurança para os utentes.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Colocado à discussão não se registaram intervenções.

PONTO 2 –PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO: RECUSA DE VISTO AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E DESATUALIZAÇÃO DO PSF - REVOGAÇÃO

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor da CDU, CDS-PP, PSD e 1 do PS e 3 abstenções do PS.

PONTO 3. –PSF: EVOLUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTAL NO TRIÉNIO 2014-2016

O presidente da Assembleia Municipal, a pedido do presidente da Câmara, solicitou a correção na página 2 do relatório (evolução financeira) no ponto começado por comparados na última linha onde se lê “ao previsto no FAM menos 57% do que o valor registado em 2014” deve ler-se “ao previsto no PSF e correspondente a 57% do registado em 2014”.

De seguida, o presidente da Câmara fez uma intervenção relativa a esta proposta, afirmando que entre 2014 e 2017 se verificou uma evolução muito significativa no plano positivo da situação financeira, com uma redução de dívida global e consequente redução das dívidas de curto, médio e longo prazo. O PSF que a Câmara propôs para aprovação da Assembleia revelou ser um plano de saneamento equilibrado, que produziu efeitos, inclusivamente num tempo mais curto do que aquele que era expectável. As medidas iam no sentido do aumento da receita e da contenção da despesa e foram cumpridas escrupulosamente, tendo tornado possível uma evolução de quase saúde financeira que é hoje muito confortável a todos os níveis.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU e 8 abstenções (4 do PS, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

Fizeram declaração de voto:

- João Ricardo Figueiredo Lopes do CDS-PP.
- Luiz Branco Batista do PSD.

Após a anterior votação, ausentou-se da sala Henrique de Menezes Infante da Câmara.

O presidente da Câmara solicitou que fosse dado à Câmara a possibilidade de exercer o princípio do contraditório, face às declarações de voto que foram apresentadas.

Sucintamente, afirmou ser cobardia política não querer discutir o que é fundamental para o concelho e refugiarem-se nestas apesar de reconhecerem o extraordinário trabalho desenvolvido para a Câmara Municipal. A crítica à política fiscal da Câmara já era expectável e recordou que estão todos de parabéns, quer na Câmara quer na Assembleia (à exceção de Luís Batista que não acreditava na capacidade da maioria CDU para concretizar as mesmas) dado que aprovaram na íntegra as medidas que constam do PSF.

De facto, quem flagelou os cidadãos, as famílias e as empresas deste país foram os governos do PSD/CDS-PP, com políticas conhecidas e sentidas por todos, sem adjetivos possíveis. Virem agora, imputar o ónus político à Câmara por ter prejudicado a população só pode ser risível.

Uma vez mais chamou a atenção para o facto de Alcochete ser dos municípios que menos verbas recebem do Orçamento do Estado, vivendo e sobrevivendo em função da política tributária local.

Lembrou os investimentos feitos desde 2008 em contra ciclo, evidenciando assim, coragem política, apesar das críticas da oposição, bem como a proposta de redução do IMI de 0,50% para 0,40%, o não agravamento de impostos municipais e de tarifas municipais.

Solicitou ao deputado Luiz Batista que se abstivesse de fazer comentários enquanto intervém, acrescentando que lhe imputará sempre a responsabilidade de ser na Assembleia Municipal um dos rostos do governo PSD-CDS-PP (que tanto prejudicou o país), considerando-o, por isso, completamente acéfalo do ponto de vista político.

Frisou, a terminar, ter assistido na Assembleia Municipal, a deputados supostamente representantes da população, não discutirem um documento que é técnico, que atesta a situação financeira da Câmara e se refugiam numa declaração de voto. É cobardia política, embora não represente nenhuma surpresa, atendendo à origem do que se está a falar.

PONTO 4 – TOMADA DE POSIÇÃO: PELA MELHORIA DO TRANSPORTE FLUVIAL, NA TRANSTEJO E DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES

O vereador José Luís Alfélua, fez um breve resumo da degradação e da falta de carreiras e cumprimento de horários de que os utentes se queixam quando utilizam os transportes públicos e daí a tomada de posição (que outros municípios também já tomaram) bem como a Comissão de Utentes do Cais do Seixalinho.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Nos dois pontos seguintes, o presidente da Assembleia propôs e foi aceite a sua discussão conjunta e a votação em separado.

PONTO 5 – RETIFICAÇÃO AOS VALORES CONSTANTES DO ANEXO I DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA CAF DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE ALCOCHETE

A vereadora Susana Custódio informou que esta matéria já tinha estado presente na Assembleia para a implementação da CAF nos anos letivos 2016/2017 e vem novamente a este órgão por força da Lei que atualizou o valor do ordenado mínimo nacional.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Não votou Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo ao abrigo do artigo 69.º do CPA.

PONTO 6. RETIFICAÇÃO AOS VALORES CONSTANTES DO ANEXO I DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O CENTRO SOCIAL DE S. BRÁS, VISANDO A IMPLENENTAÇÃO DA CAF DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NA FREGUESIA DE SAMOUCO

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 7. 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

A vereadora Raquel Prazeres fez uma breve apresentação do documento, salientando que o Mapa de Pessoal é dinâmico e que se altera conforme as necessidades próprias da estrutura.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU e 8 abstenções (4 do PS, 3 do CDS-PP e 1 do PSD).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram pedidos de intervenção.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Neste período, solicitou a palavra o deputado Luiz Batista, que afirmou não ter gostado (por entender ser ofensivo) que o presidente da Câmara, ao usar da palavra no contraditório do ponto 3, o considerou de “acéfalo”, solicitando por isso que o presidente da Câmara retirasse a referida expressão

Em resposta, o presidente da Câmara esclareceu que não há censura nas sessões da Assembleia Municipal. Só por desconhecimento da língua portuguesa, é que não consegue conotar a expressão acéfalo com acrítico e daí querer Luiz Batista justificar a consideração. Mantem na íntegra o que afirmou relativamente à postura do PSD e do CDS-PP na apreciação da proposta da Câmara remetida à Assembleia no já referido ponto.

Salientou, que durante os seus mandatos, nunca a componente pessoal teve a ver com a componente política.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:55horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: